



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BENS
PELO DISTRITO FEDERAL nº 03/2018 -
SEPLAG, nos termos do Padrão nº
08/2002.

Processo SEI nº 00410-00017827/2018-96

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.230.476/0001-07, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS** portadora da cédula de identidade RG nº 973748, expedida pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o nº 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, e de outro lado a empresa **COMÉRCIO DE CONFECÇÕES BANDEIRA EIRELI - ME**, com sede na Rua 22, Quadra 55, Lote 01, Aparecida de Goiânia - Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.884.221/0001-20, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Senhora **HÉLIA SENA FERREIRA RABELO**, portadora da Cédula de Identidade nº 392.5051 SPTC/GO, e inscrita no CPF/MF sob o nº 972.429.341-68, na qualidade de Sócia Diretora.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece ao Termo de Referência 18 (2744322), ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 126/2017 - SCG/SEPLAG (3251015), à proposta (4211672), e à Autorização (4689676), nos termos da Lei nº 8.666/1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O Contrato tem por objeto a aquisição de 16 (dezesesseis) Bandeiras Oficiais do Brasil, **ITENS 01 e 02** definidas na Lei 5.700/71, alterada pela Lei 8.421/92, e nos padrões das normas NBR nº 16.286 e 16.287/2014, para serem utilizadas no mastro da Praça dos Três Poderes em trocas mensais programadas pelo Ministério da Defesa, conforme disposto no Decreto nº 99.217/90, com base nas especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência 18 (2744322), no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 126/2017 - SCG/SEPLAG (3251015), na proposta (4211672), e nos termos da Lei nº 8.666/1993, que passam a integrar o presente Termo, conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
ITEM 01 - COTA RESERVADA ME/EPP/MEI					
	BANDEIRA OFICIAL DO BRASIL				
	Bandeira Oficial do Brasil: Características Adicionais: Apresentação: confeccionada em tecido sintético, tipo: nylon paraquedas, para uso externo, resistente às intempéries e ação				

01	<p>solar. Dimensões: 14 m de largura X 20 m de comprimento, mantidas as proporções estabelecidas no Art. 5º da Lei 5.700/71, Reforço: a bandeira deverá possuir reforços de tecidos nos quatro cantos (extremidade). Costuras: as costuras deverão ser em linha simples de poliamida nº 60, super-resistente, em ponto cerrado em dois fios uniformes, sem franzido ou distorções. Nas fileiras as costuras devem ser triplas com acabamento firme e esmerado. Quando ocorrer interrupção, a costura deve ser restaurada, no mínimo, 30mm antes da mesma, para que se possa proceder a continuação. As costuras triplas devem totalizar, aproximadamente, 5 cm de largura. Tralha: confeccionada no próprio tecido da bandeira e reforçada internamente com lona impermeável e cabo de nylon, duplo, de 10 mm de espessura, além de ser dotada de ilhoses de latão nº 04 para auxiliar a fixação. A tralha deve ser uma extensão da bandeira, e não poderá ser confeccionada em separado, medindo depois de dobrada entre 15 a 17 cm. Letras E Estrelas: os dizeres da faixa “ORDEM E PROGRESSO” e as estrelas do globo deverão ser aplicada em tecido e costuras, não podendo ser serigrafadas ou pintadas. Círculo Azul E Losango: o globo (círculo azul) no meio do losango amarelo deverá ser duplo, sendo sobreposto a esta, de maneira que é vedada e retirada de tecido amarelo do losango na parte reservada ao círculo azul. Ilhós: do início da bandeira até o centro do primeiro ilhós da parte superior da bandeira deve ter uma distância de 14 cm e a distância do centro deste para o centro do segundo e do segundo para o terceiro e assim sucessivamente até o 50º é de 28 cm, do centro do 50º ilhós até o final da parte inferior da bandeira deve ter uma distância de 14 cm. A distância da lateral da bandeira, até os ilhós é de 7,0 cm. Características Do Tecido Nylon Paraquedas: fio de nylon (poliamida 66) 240 DTEX (copolímero de hexametildiamina e ácido adipico); com 34 filamentos; gramatura - 196g por metro linear; com textura urdume igual a 24 fios/cm e trama igual a 22 fios/cm; resistência a tração - urdume igual a 30kg/cm² e trama igual a 20 kg/cm² - resistência abrasão - 700 ciclos (rebolo H-22, peso 1 kg, ciclo contínuo sem refacimento do rebolo); tingimento à base de anilina ácida.</p>	Unid.	04	(R\$) 7.475,00	(R\$) 29.900,00
ITEM 02 - AMPLA PARTICIPAÇÃO					
02	BANDEIRA OFICIAL DO BRASIL, conforme especificações apresentadas no item 01 (um) da Corta Reservada, acima transcrito.	Unid.	12	(R\$) 7.475,00	(R\$) 89.700,00
VALOR TOTAL				R\$ 119.600,00	

4. CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Os materiais deverão ser entregues no Centro de Suprimentos de Materiais - CESMA/CBMDF, localizado no SAIS Q. 4 Lote 5 Complexo da ABMIL Setor Policial Sul Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.602-900, no horário das 14h às 17h, em dias ÚTEIS e agendado com a Comissão de

Recebimento, conforme Cronograma de Entrega, item 4.9.

4.2. A entrega deverá contemplar todos os itens e seus respectivos quantitativos exigidos no Termo de Referência 18 (2744322), e no Edital de Licitação Pregão Eletrônico n.º 126/2017 - SCG/SEPLAG (3251015).

4.3. Com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes Termo de Referência 18 (2744322), no Edital de Licitação Pregão Eletrônico n.º 126/2017 - SCG/SEPLAG (3251015), o recebimento das bandeiras será realizado:

I – **provisoriamente**, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade dos selos com as especificações constantes Termo de Referência 18 (2744322), no Edital de Licitação Pregão Eletrônico n.º 126/2017 - SCG/SEPLAG (3251015);

II – **definitivamente**, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento provisório, após verificação de sua compatibilidade com as especificações descritas no Termo de Referência 18 (2744322), no Edital de Licitação Pregão Eletrônico n.º 126/2017 - SCG/SEPLAG (3251015) e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

4.4. A embalagem deverá ser original do fabricante, atóxica, limpa e íntegra, ou seja, sem rasgos, sem amassados, sem trincas ou outras imperfeições.

4.5. As bandeiras que forem entregues em desacordo com o especificado deverão ser substituídos pela contratada em **até 15 (quinze) dias corridos** e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

4.6. Caso após o recebimento provisório constatar-se que as bandeiras possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

4.8. A Comissão de Recebimento, previamente designada, procederá com o recebimento de forma provisória, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital de Licitação e Empenho, e o recebimento de forma definitiva, em até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

4.9. A entrega dos materiais obedecerá o seguinte cronograma:

CRONOGRAMA DE ENTREGA						
PERÍODO DE ENTREGA (a partir do recebimento da Nota de Empenho)	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 105 dias	De 106 a 150 dias	De 151 a 195 dias	De 196 a 240 dias
QUANTIDADE DE BANDEIRAS	1 unid.	3 unid.	3 unid.	3 unid.	3 unid.	3 unid.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O valor total do Contrato é de **R\$ 119.600,00 (cento e dezenove mil e seiscentos reais)**, em adequação ao Plano Plurianual 2016/2019, à Lei Orçamentária Anual para 2018, Lei n.º 6.060, de 29/12/2017, e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 5.950, de 02/08/2017, publicada em 03/08/2017, conforme Declaração de Orçamento SEPLAG/DIPLAN/GEORC/NUPRO (4413359).

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I - Unidade Orçamentária: 32.101

- II - Programa de Trabalho: 04.122.6003.8517.7897
- III - Natureza da Despesa: 3.3.90.30
- IV - Fonte de Recursos: 100
- V - Nota de Empenho: 2018NE00086, no valor de R\$ 119.600,00 (cento e dezenove mil e seiscentos reais), emitida em 19/01/2018, sob o evento 400091, na modalidade Global (4678961).

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I - Certidão de Regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias (Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa);

II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº [12.440/2011](#), visando à comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.5. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

7.5.1. Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.6. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.

7.7. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011, alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014, de 12/12/2014.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do contrato será de **12 (doze) meses, sem a possibilidade de prorrogação**, a contar de sua assinatura, com eficácia a partir de sua publicação.

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

Por ocasião da celebração do contrato, será exigido da CONTRATADA a prestação de Garantia, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, perfazendo o montante de **R\$ 5.980,00 (cinco mil novecentos e oitenta reais)**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, art. 56, § 2º, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura deste, conforme item 10.3 do Edital de Licitação Pregão Eletrônico n.º 126/2017 - SCG/SEPLAG (3251015) e item 20. do Termo de Referência 18 (2744322).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DO OBJETO

10.1. O objeto deverá dispor de garantia de, no mínimo, **12 (doze) meses**, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo.

10.2. Quando da entrega dos bens, a empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DISTRITO FEDERAL

11.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.

11.2. Informar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento para a entrega dos bens adquiridos.

11.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

11.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado.

11.5. Efetuar o pagamento no prazo e condições previstas.

11.6. Exercer a fiscalização dos bens, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, inclusive do cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela CONTRATADA, no que se refere à execução do objeto.

11.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

11.8. Responsabilizar-se, pelo termo de aceite do objeto efetivamente entregue e/ou realizado ou recusá-los, motivada e fundamentadamente.

11.9. Aplicar, se necessário, as sanções previstas no Decreto nº 26.851 de 30/05/2006.

11.10. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega dos bens contratados e o seu aceite na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

11.11. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES CONTRATADA

12.1. Efetuar a entrega dos materiais em conformidade com as especificações técnicas

contidas no Termo de Referência 18 (2744322), no prazo, quantidade e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital de Licitação Pregão Eletrônico n.º 126/2017 - SCG/SEPLAG (3251015) e da Proposta (4211672), acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica;

12.2. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o produto;

12.3. Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos/despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato;

12.4. Responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

12.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), obrigando-se a, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;

12.6. Comunicar à SEPLAG/DF, com antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.7. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do Termo de Referência 18 (2744322).

12.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na aquisição do objeto;

12.9. Declarar a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, nos termos do art. 71, § 1º da Lei nº 8.666/93. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

12.10. Responsabilizar-se e responder por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados/agentes) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços.

12.11. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todo e qualquer dano que cause à SEPLAG/DF, a preposto seu ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do serviço, objeto deste Termo de Referência, não cabendo à Administração, em hipóteses alguma, responsabilidade por danos diretos, indireto ou lucros cessantes decorrentes;

12.12. Comunicar à SEPLAG/DF, por escrito, quaisquer irregularidades ou anormalidades ocorridas durante fornecimento dos bens contratados, prestando os esclarecimentos julgados necessários;

12.13. Aceitar, durante a vigência do Contrato, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, durante a sua vigência (§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993);

12.14. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na

condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.449, de 12 de janeiro de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

12.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

13.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista na legislação pertinente, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, se for o caso, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

14.2. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no Edital de Licitação Pregão Eletrônico n.º 126/2017 - SCG/SEPLAG (3251015) e/ou no Contrato decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no **Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pág. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006.**

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

15.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II, da Lei n.º 8.666/93, mediante manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO EXECUTOR

18.1. Considerando a necessidade conhecimentos técnicos especializados para a fiscalização do objeto da presente contratação, será formalmente designada uma Comissão de Recebimento pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, mediante indicação de seus membros pelo Corpo de Bombeiros Militar do DF, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos arts. 67 a 73 da

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dos Decretos nos 32.598, de 15 de dezembro de 2010 e 32.753, de 04 de fevereiro de 2011.

18.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

18.3. Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos no edital e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre o objeto contratado, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;

II - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

III - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.

18.4. Após o recebimento definitivo do objeto, deverá atestar a Nota Fiscal para efeito de pagamento.

18.5. A Comissão de Recebimento anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.6. As providências que ultrapassem a competência do executor serão determinadas pelos seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/1993.

20. CLÁUSULA VIGÉSSIMA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento para todos os fins de direito.

Pelo Distrito Federal:

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela Contratada:

HÉLIA SENA FERREIRA RABELO

Sócia Diretora



Documento assinado eletronicamente por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Matr.0267083-6, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 31/01/2018, às 15:19, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELIA SENA FERREIRA RABELO, Usuário Externo**, em 01/02/2018, às 23:08, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **4912836** código CRC= **22B831F2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palacio do Buriti 11º andar - Sala 1100 - Bairro Brasília - CEP 70075-900 - DF